



miguilim

revista eletrônica do netlii

volume 7, número 1, jan.-abr. 2018

BREVE REFLEXÃO SOBRE O NACIONALISMO E A IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL: A RELEVÂNCIA DAS LITERATURAS ROMÂNTICA E MODERNISTA BRASILEIRAS



BRIEF REFLECTION REGARDING NATIONALISM AND NATIONAL IDENTITY IN BRAZIL: THE RELEVANCE OF ROMANTIC AND MODERNISTIC BRAZILIAN LITERATURES

Sandra Mara Alves da SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | A AUTORA
RECEBIDO EM 04/01/2018 • APROVADO EM 05/04/2018

Resumo

Sabemos que o homem, diferentemente dos outros animais, é predominantemente cultural, e a maneira de satisfazer suas necessidades vitais varia de um grupo social para outro, não sendo os seus comportamentos biologicamente determinados, uma vez que são resultados do processo de aprendizagem (KROEBER, 1993, p. 43-45). Dessa forma, quando se pensa em identidade brasileira ainda são recorrentes questionamentos do tipo: “O que é ser brasileiro?”; “O que é identidade brasileira?”; “Quando a nossa identidade passou a ser reconhecida como tal e independente de outras?”. DaMatta (1986, p. 11), partindo de reflexões semelhantes,

reconhece que a questão da identidade é algo recorrente nas Ciências Humanas. A necessidade de saber “quem somos” e “por que somos” suscita discussões constantes e, nesse sentido, para chegarmos à definição de “quem somos” é necessário “descobrir como construímos nossa identidade”, ou seja, para determinarmos o que é “ser brasileiro”, antes de tudo, é necessário reconhecermos os traços determinantes e particulares do povo brasileiro ou aquilo que muitos chamam “o eu nacional” brasílico. Tendo tais reflexões como horizonte, o que se propôs neste ensaio foi uma breve reflexão acerca da relevância dos textos literários românticos e modernistas no processo de reconhecimento da identidade nacional brasileira, por serem essas produções amplamente caracterizadas em nossa historiografia literária por seu caráter nacionalista.

Abstract

We know that men, different from the other animals, is a predominately cultural being, and the way to satisfact its vital necessities changes from a social group to another, so its behaviour is not determined biologically, once they are resulted from learning and developing processes (KROEBER, 1993, p. 43-45). Therefore, when thinkg about brazilian identity, there are recurring subjects as such: “What is it like to be brazilian?”; “What is brazilian identity?”; “When our identity began to be recognized as such and independente from other identities?”. DaMatta (1986, p. 11), going from similar reflections, acknowledges that the identity subject is something recurrent in Human Sciences. The need to know “who we are” and “why we are” brings up constant discussions and, in this sense, to reach the definition of “who we are” it is needed to “find out how we did constructo our identity”, therefore, to determinate what it is to “be brazilian”, before anything, we need to acknowledge the particular and determinant traces of the brazilian people or what many call the brazilian eu nacional – a national element of being. Having such reflections as a foreseeable point, what was proposed in this essay was a brief reflection about the relevance of the literary romantic and modernist texts in the process of recognizing the brazilian national identity, because these producions were widely characterized in our literary historiography as having a nationalistic character.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalidade. Identidade nacional. Romantismo. Modernismo.

KEYWORDS: Nationality. National identity. Romanticism. Modernism.

Texto integral

Muito nos chamaram a atenção as ideias do historiador chinês Benedict Anderson. Em *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (2008), ele apresenta reflexões no mínimo interessantes acerca do processo de construção de uma nação e do sentimento de nacionalismo. Para ele, o nacionalismo e a nacionalidade são “produtos culturais específicos”, com legitimidade emocional profunda, e, como tal, precisam ser compreendidos a partir de suas origens históricas e das transformações de seus significados ao longo do tempo (ANDERSON, 2008, p. 30). A ideia fundamental desse estudioso gira em

torno da visão de que as nações não são apenas “inventadas”, mas “imaginadas”, pois elas “fazem sentido para a alma” do seu povo, uma vez que, a partir de elementos específicos como a imprensa e língua oficial, é possível forjar uma aproximação entre indivíduos e um sentimento parental que une em um só grupo, a nação, os mais diferentes elementos humanos. Essa tese basilar de Anderson opõe-se a pensamentos já consagrados acerca do nacionalismo, os quais buscam vincular, de modo geral, a nação e o sentimento de nacionalidade ao industrialismo europeu, à Ilustração, à Revolução Francesa e ao nascimento do Estado francês.

Essa perspectiva procura dar destaque à participação de países colonizados e asiáticos no processo de surgimento do nacionalismo, o que, inclusive, é uma grande contribuição por tirar o foco central do Europa e redirecioná-lo a outros pontos do globo, algo incomum nas discussões sobre o assunto, como bem destaca Castells (1999, p. 47) ao admitir que o estudo do nacionalismo contemporâneo rejeita a ideia de que ele vincule-se exclusivamente ao período de formação do Estado-Nação na Europa do século XIX, juntamente com o processo de descolonização e “importação” do modelo de Estado-Nação europeu para as novas nações. Para Castells, tal visão não passa de uma “manifestação do eurocentrismo” dos estudiosos do assunto (CASTELLS, 1999, p. 47). Dentro desse ponto de vista, Benedic Anderson vai de encontro à visão essencialmente marxista de Eric J. Hobsbawn, para quem uma análise das nações e dos fenômenos relativos a elas deve levar em consideração não apenas questões linguísticas e culturais, mas também políticas, econômicas e administrativas, especialmente aquelas datadas entre os séculos XVIII e XIX, quando aconteceram as grandes revoluções – notadamente a Francesa e a Industrial –, as quais contribuíram para a mudança de paradigmas na história da humanidade e que, para ele, são as grandes responsáveis pelo o nacionalismo no mundo moderno (HOBSBAWN, 2009, p. 205).

Esse historiador destaca o período entre os anos de 1789 e 1848 como o de origem de palavras como: “indústria”, “capitalismo”, “socialismo”, “classe média”, “liberal”, “conservador” e “nacionalidade”, as quais evocam a profundidade das transformações advindas das Revoluções Francesa e Industrial no mundo moderno, a ponto de não ser possível sequer imaginar a modernidade sem esses conceitos, uma vez que estão atrelados não a questões relativas exclusivamente aos países em que as insurreições aconteceram, mas a símbolos de mudanças bem maiores que ultrapassaram as fronteiras de suas nações (HOBSBAWN, 2009, p. 15-16). Em uma análise do espaço de tempo entre aquelas duas datas, Hobsbawn dá relevância a várias outras revoluções europeias, especialmente as ocorridas entre 1830 e 1840, que, para ele, são grandes responsáveis por incutir nos povos as ideias de exaltação à pátria, de renovação de regimes ultrapassados e de autoafirmação nacional, em suma, o desenvolvimento dos chamados “movimentos nacionalistas conscientes” (HOBSBAWN, 2009, p. 189).

Dentro desse processo, destaca-se o papel importante desenvolvido pela educação, uma vez que os grandes responsáveis pela propagação do nacionalismo foram aqueles das camadas média e inferior das categorias profissionais, administrativas e intelectuais, ou seja, as classes que tiveram acesso à educação. O progresso educacional proporcionou a esses grupos sociais a possibilidade de ocupação de áreas antes exclusivas de uma pequena elite, formando defensores do

nacionalismo mais conscientes – levando-se em consideração que o nacionalismo aqui é visto como um dos vários frutos do desenvolvimento da burguesia capitalista –, além de permitir a formação de leitores em língua nacional, ocasionando uma maior impressão e circulação de jornais e livros em língua vernácula, no processo de avanço do nacionalismo na Europa. Essa “expansão editorial” favoreceu ainda mais a mudança de posicionamento nos países europeus especialmente no que se refere à consciência nacional (HOBBSAWN, 2009, p. 192-194). Em contrapartida, Manuel Castells faz uma ressalva quanto ao posicionamento de Hobsbawn. Para este, as nações e o nacionalismo somente tornam-se passíveis de existência a partir da formação do Estado-Nação; e para aquele, ser um Estado-Nação não é condição fundamental e primordial para que uma nação desenvolva uma identidade cultural e um caráter nacional, pois existem exemplos de países que não atingiram a “condição de Estado-Nação” e, ainda assim, apresentam uma forte identidade cultural manifestada na forma de caráter nacional (CASTELLS, 1999, p. 46).

Assim como Hobsbawn, Benedict Anderson reconhece a grande importância da circulação de textos escritos e língua vernácula para aprofundamento de um sentimento nacionalista nas nações, porém Anderson vai mais longe e, criticando a visão essencialmente marxista daquele, reconhece que esses elementos desenvolveram papéis para além de um posicionamento político e econômico, enquanto pano de fundo para a consciência nacional, sendo também responsáveis por forjar um sentimento de unidade e irmandade, semelhante ao que acontece com a religião, entre homens de um mesmo território nacional, proporcionando, dessa forma, uma aproximação, quase que em termos espirituais, entre pessoas que passam a se identificar umas com as outras, devido a elementos em comum, o que poderíamos chamar de *identidade nacional*.

E não apenas nesse ponto Benedict Anderson e Eric Hobsbawn podem ser visualizados em extremos opostos da questão. Para o segundo, a “era do nacionalismo” está chegando ao seu fim: em *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, o historiador chega mesmo a concluir que o nacionalismo teve o seu período de formação, o seu apogeu e, agora, anuncia o seu fim, em especial devido ao fato de os elementos Estado, governo, povo e nação não mais estarem, necessariamente, ligados entre si e, ainda, ao fato de a nação de origem não ser mais o modo primordial pelo qual as pessoas descrevem as suas identidades (HOBBSAWN, 2008, p. 215). Ou seja, o declínio do chamado Estado-nação atrelado à emergência das identidades individuais, para Hobsbawn, seriam razões para se observar o fim do nacionalismo, e prova disso seriam os progressos alcançados por alguns estudiosos da área, o que parece sugerir que o assunto estaria se esgotando.

Opondo-se a este pensamento, Benedict Anderson chega a afirmar abertamente:

A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o “fim da era do nacionalismo”, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos. (ANDERSON, 2008, p. 28).

O historiador chinês se nega a reconhecer a profecia de fim do nacionalismo e é motivado, principalmente, pela observância do constante reconhecimento de mais e mais nações por parte das Nações Unidas e também pelo fato de todas as revoluções ocorridas após a Segunda Guerra Mundial definiram-se, especialmente, em “termos nacionais” e, com isso, acabaram por se “firmar solidamente num espaço territorial e social” e que, para Benedict, foram herdados de um “passado pré-revolucionado”; como exemplo disso tem-se a República Popular da China e a República Socialista do Vietnã.

Mesmo considerando a visão de Benedict Anderson sobre o nacionalismo extremamente “óbvia ou empiricamente inadequada”¹, Manuel Castells acaba concordando com historiador chinês acerca da negação de que a era do nacionalismo tenha chegado ao seu fim. De fato, ele afirma que:

A era da globalização é também a era do ressurgimento do nacionalismo, manifestado tanto pelo desafio que impõe a Estados-Nação estabelecidos como pela ampla (re)construção da identidade com base na nacionalidade, invariavelmente definida como oposição ao estrangeiro. (CASTELLS, 1999, p. 44).

O que se observa na contemporaneidade, de acordo com Castells, é que, por mais que ocorram uma internacionalização de instituições políticas e uma ampla difusão de uma cultura compartilhada, ainda existe a necessidade de expressão e reconhecimento da própria identidade no intuito de reforçar aquilo que é particular de uma nação em oposição àquilo que pertence a outro grupo.

Em termos de Brasil, quando pensamos um pouco em nossa situação, no tocante a posicionamentos políticos, ideológicos, sociais e culturais², lembramos, por exemplo, do quanto à “condição nacional” tem sido posta em relevo em nossa atualidade, com grupos que pretendem a “salvação da nação” por meio de resgate de tradições ou com pesquisas acadêmicas, como esta, que ainda buscam refletir sobre a identidade nacional, tudo isso nos faz inclinar para o lado Benedict Anderson e Manuel Castells da balança. Com suas reflexões, eles nos fazem perceber que, mesmo com a sobrepujança das identidades individuais e com o declínio da união entre Estado, governo, povo e nação, continuam existindo elementos que contribuem para a união, para a identificação entre pessoas e para o estabelecimento de diferenciações; em suma, continuam existindo as identidades nacionais, que impulsionam os indivíduos de alguma forma.

Para melhor entender o processo de origem e transformação dos significados das nações ao longo do tempo, Benedict Anderson estabeleceu o conceito de nação como uma “comunidade politicamente imaginada”, “intrinsecamente limitada” e, ao mesmo tempo, “soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Quando afirma que a nação é uma comunidade imaginada, limitada e soberana, Anderson considera as relações sociais e emocionais estabelecidas e a relevância histórica da constituição do próprio conceito em discussão. Ao se referir

a uma nação como “comunidade”, o estudioso percebe, com sutileza, que por mais que as relações baseiem-se em desigualdades e explorações, os indivíduos tendem a considerar a pátria como uma grande fraternidade e por ela são capazes de matar ou morrer; por “imaginada”, ele destaca o grande número de indivíduos distintos que compõem uma nação, os quais jamais se conhecerão ou manterão qualquer tipo de contato – mesmo que ela seja, em termos territoriais, minúscula – e, no entanto, todos têm consciência da comunhão existente entre eles; as nações são também “limitadas” no sentido de que, por mais extensas que sejam, sempre terão limites geográficos bem determinados e jamais chegarão a ter o mesmo tamanho de toda a humanidade; já a ideia de comunidade “soberana” liga-se à origem do conceito “nação”, datada do período iluminista, quando se questionou a legitimidade dos reinos dinásticos de origem divina e impôs-se o Estado Soberano como afirmação máxima da liberdade.

Depois de estabelecer o seu conceito para “nação”, Benedict Anderson afirma que o nacionalismo tem suas raízes na cultura. Nesse momento, vem-nos o questionamento: Em que sentido a cultura fornece as bases originárias do nacionalismo? E a resposta aparece a partir da reflexão acerca do que o autor chama de *grandes sistemas culturais*. Para ele, a consciência nacional surgiu não de políticas adotadas conscientemente, mas das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos, pois “ambos, no seu apogeu, foram estruturas de referência incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade” (ANDERSON, 2008, p. 39).

Partindo desse princípio, o intelectual constrói sua argumentação no sentido de pensar as comunidades religiosas e os reinos dinásticos como pautados nas concepções culturais de língua, linhagem e temporalidade. A língua escrita, dominadas por poucos, permitia o acesso à verdade e garantia autoridade sobre as mentes; as linhagens reais de origem divina detinham o poder e estabeleciam as divisões hierárquicas. A concepção de temporalidade confundia cosmologia e história, dando ao mundo e aos homens uma mesma origem e determinando suas condições na terra. Na medida em que as comunidades religiosas e os reinos dinásticos entraram em declínio, essas concepções culturais puderam ser questionadas e até destruídas, provocando transformações fundamentais no modo de pensar o mundo, o homem e as relações. Tais transformações possibilitaram, portanto, o surgimento das nações e do sentimento de nacionalismo (ANDERSON, 2008, p. 70).

E, nesse momento, notamos em que sentido a valorização de uma língua vernácula e a expansão de um capitalismo editorial, que ampliaram as possibilidades comunicativas, favoreceram o desenvolvimento de uma consciência nacional. Para Benedict Anderson, as diversas línguas passaram da oralidade para a escrita, especialmente em jornais e romances, o que fundamentou o nacionalismo de três maneiras diferentes: 1) criando campos unificados de situações comunicativas onde falantes de diversas línguas, que antes não se comunicavam oralmente, poderiam entender-se por meio da língua impressa no papel; 2) ajudando a construir uma imagem de antiguidade essencial à ideia subjetiva de nação; 3) criando línguas oficiais diferentes daquelas utilizadas no âmbito administrativo, tornando a oralidade mais próxima da língua impressa. Neste ponto, Anderson volta sua atenção para a América e destaca um aspecto

importantíssimo para a construção da consciência nacional dos países americanos: a propagação das ideias de “comunidades imaginadas”, tal como descritas acima, pelos jornais impressos. A partir da expansão do mercado editorial pela América, foi possível uma maior “divulgação” dos ideais de unidade, fraternidade e comunidade, tão caros ao conceito de nação defendido por Benedict Anderson.

Tais ideias permitiram-nos ponderar a possibilidade de uma “comunidade imaginária” brasileira, especialmente a partir da nossa literatura romântica e modernista. As reflexões até aqui apresentadas auxiliam-nos a pensar mais a fundo acerca de como essa literatura ajudou a dar forma à imagem do nosso povo, contribuindo para a “delimitação” e efetivação de certas representações relacionadas ao brasileiro.

Ao fazer suas reflexões sobre o nacionalismo brasileiro no século XIX, Maria Helena Rouanet parte da ideia de “instinto nacional” sugerido por Machado de Assis em seu famoso texto “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”. Partindo de um pequeno trecho do ensaio machadiano, a estudiosa reflete sobre a ideia de que o nacionalismo brasileiro pauta-se em questões subjetivas e inconscientes. Machado afirma: “Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país [...]” (ASSIS, 2017, p. 1). Para Rouanet, o uso da palavra “instinto” por parte do autor suscita reflexões voltadas para a ideia de consciência e inconsciência do nacionalismo no Brasil e ressalta que a associação do romantismo ao nacionalismo põe em dúvida a afirmação do romancista ao utilizar tal palavra, pois retira a questão do âmbito da ação. Dentro dessa perspectiva, ela acaba por ressaltar duas linhas de pensamento: a ideia de nacional e a participação do movimento romântico no suposto “instinto de nacionalidade” (ROUANET, 1999, p. 11).

No intuito de pensar as linhas de reflexão por ela sugeridas, há uma busca constante pelos conceitos mais tradicionais da palavra “nação”, apresentados e analisados criticamente no intuito de se perceber como o conceito por si só é problemático e suscita uma série de reflexões que fogem do simples âmbito da conceituação. Ao final dessa volta aos conceitos, chega-se à conclusão de que eles levam em consideração o coletivo, esquecendo o individual e o fato de que a ideia que se tem de si e da nação são ensinados, transmitidos pelos meios culturais e de comunicação (ROUANET, 1999, p. 15). Notamos aqui já um ponto de convergência entre Maria Helena e Benedict Anderson, pois ambos concordam que ao se falar em nacionalismo e nacionalidade precisa-se considerar que são produtos culturais fundamentados na efetivação de uma comunicação escrita, que divulgará uma ideia de unidade.

E, nesse ponto, a estudiosa passa a refletir sobre o papel mais específico de três campos do saber no processo de construção do nacionalismo: a literatura, a história e a geografia, os quais, para ela, são considerados parte de um todo chamado apenas “literatura”, uma vez que no século XIX os escritores literários eram os mesmos que faziam registros históricos e pesquisas e anotações geográficas. E sobre esse assunto, afirma:

A literatura tomou parte nesse projeto de construção da Nacionalidade e desempenhou aí uma função efetiva. Escrever o que quer que fosse – poesia ou história, teatro ou levantamento topográficos, romances ou descrições geográficas, crônicas ou dissertações sobre etnografia – podia ser instrumento para se atingir o objetivo visado. Com uma condição: era preciso que o que se escrevesse fosse considerado “útil e preciso” para a pátria. (ROUANET, 1999, p. 17).

E por textos úteis e precisos, entendemos justamente aqueles que contribuem para a construção ou afirmação de uma imagem do Brasil, imagem essa que valorizasse a chamada “cor local”, daí ser essencial o caráter descritivo das obras literárias (tanto no sentido mais abrangente, quanto no sentido de textos artísticos), no intuito de “aproximar o texto escrito da arte pictórica” e, assim, opor a representação da nação brasileira à portuguesa além de possibilitar um “compartilhamento”, por assim dizer, de uma imagem comum do que é nacional ao povo brasileiro.

Nesse ponto, a ideia de invenção de uma “comunidade imaginada” brasileira fica ainda mais evidente. A partir de textos literários, históricos, geográficos e de crônicas da vida cotidiana, é possível estabelecer uma comunicação e uma comunhão daqueles vários indivíduos que habitavam o país nas mais variadas regiões e assim fazê-los compartilhar de um mesmo sentimento: o de consciência nacional ou nacionalismo.

Tendo o Romantismo brasileiro em vistas, neste momento, é interessante notar que as ideias de *pluralismo*, de *espírito formador* e *modo de vida particular*, defendidas por Johann Gottfried Von Herder³ no período pré-romântico alemão, frutificaram no Brasil durante o nosso movimento romântico, provocando uma intensa preocupação nos nossos intelectuais em reconhecer e ressaltar aquilo que nos caracterizava como nação, em identificar aqueles aspectos que constituíam a nossa cultura, as nossas tradições, os nossos costumes e as nossas relações, os quais faziam com que nos reconheçêssemos como um povo único, particular. Em outras palavras, era a busca romântica brasileira pela própria identidade nacional. Nesse momento, em nosso país, estabelecem-se critérios relevantes para definir “o que é o Brasil” e “o que é ser brasileiro”, que, obviamente, se alteraram ao longo do tempo, mas que tinham a intenção clara de delimitar, ao máximo, as oposições entre o Brasil e as outras nações e, também, definir as relações estabelecidas entre o nosso país e os demais. Dentro desse objetivo, tivemos aquilo que se pode chamar intelligentsia nacional, pautada essencialmente na construção da nação. Para Mariza Veloso Motta Santos e Maria Angélica Madeira, grupos de intelectuais, escritores e artistas “[...] empenharam-se em criar narrativas e imagens que pudessem contribuir para delimitar uma fisionomia cultural singular, definidora de uma identidade nacional brasileira” (SANTOS; MADEIRA, 1999, p. 48), ou seja, as produções desses grupos, das mais variadas áreas, foram cruciais para forjar a nação e sua cultura.

Assim, observa-se que no processo de construção de nossa nação, a imprensa e os textos escritos desenvolveram um papel crucial, pois eles foram os responsáveis pela “divulgação” dos ideais de unidade, fraternidade e comunidade, dos quais nos fala Anderson (2008), para todo o povo de um território, forjando, assim, um sentimento de proximidade e familiaridade entre aqueles que sequer chegarão a ter algum dia um contato real, mas, ainda assim, se reconhecerão como membros de uma mesma nação, como pertencentes a um mesmo grupo. Neste ponto, se pensarmos, por exemplo, na significação da Literatura no processo de construção do nosso “espírito nacional” durante o século XIX, podemos concordar que ela foi crucial para o reconhecimento desse espírito, pois, como destaca Stuart Hall, as narrativas da nação fornecem “uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos e simbólicos e rituais nacionais que representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2006, p. 52). Portanto, é possível notar que a literatura romântica, e aqui destacamos especialmente a figura de José de Alencar devido ao seu projeto literário de construção de um painel nacional, constrói essa narrativa da nação, ressaltando esses elementos que contribuem para a representação das experiências comuns aos brasileiros. Conforme afirma-nos João Cezar de Castro Rocha, o literato romântico teve o papel de disseminador dos fatos históricos, mas com o cuidado de torná-los mais interessantes ao povo por intermédio da linguagem literária (ROCHA, 1999, p. 40-43).

Ao dedicar-se à vida literária, o escritor José de Alencar procurou relacionar, em suas obras, memória e imaginação a fim de desenvolver um processo de reelaboração do imaginário do Brasil e de construir uma “tradição coletiva brasileira” (RAMOS, 2004, p. 167-168). Como bem se sabe, o romântico é fortemente impressionado pela realidade empírica e usa a imaginação para transformar essa realidade e criar a partir dela. A sensibilidade atua nesse processo no sentido de permitir ao artista captar com maior intensidade o real, enquanto ao gênio criador dá forma artística a essas impressões⁴. Alencar, embebido desses pensamentos românticos europeus, entende o processo de criação artística também a partir da impressão do real e da atuação do gênio criador e admite que a inspiração d’*O guarani* (1857) ou de *Iracema* (1865) surgiu justamente das fortes impressões provocadas pelo contato com o mundo real quando, ainda criança, viajava pelos sertões do Nordeste em jornada do Ceará à Bahia (ALENCAR, 1951a, p. 49-74). O menino, extremamente sensível às impressões provocadas pela natureza, reteve em sua mente as imagens vivas e cheias de cores, contempladas durante o trajeto, e as tornou, já na vida adulta, *brotos* dos seus romances indianistas.

Em “Benção paterna”, prefácio de Alencar à obra *Sonhos d’ouro*, o autor faz a divisão de seu trabalho dentro do que nomeou “período orgânico” da literatura brasileira, situando *Iracema* na literatura nacional primitiva ou aborígine, na qual se encontram as lendas, os mitos e as tradições do povo indígena até seus primeiros contatos com o povo estranho vindo de além-mar. Já *O guarani* está situado no segundo momento das nossas letras, o período histórico:

O segundo período é o histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido.

É a gestão lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. (ALENCAR, 1951b, p. 34).

Destarte, *Iracema*, portanto, seria o romance para o período no qual o português estabelece as primeiras relações com os nativos do Brasil, enquanto que *O guarani* já marcaria uma relação mais efetiva entre esses dois povos, identificando o espaço de cada um, as relações de amizade, ódio e dedicação entre indígenas e estrangeiros (representados, respectivamente, pela relação entre Peri e dom Antônio, aimorés e habitantes do solar dos Matiz e Peri e Ceci). Se o escritor cearense pretendia apresentar, ao brasileiro, duas obras literárias que narrassem a sua origem e os desdobramentos dos povos que lhe deram essa origem, certamente com *O guarani* e *Iracema* ele conseguiu, pois pôde fazer dialogar, em uma e em outra obra, os costumes tupiniquins com os lusitanos e as consequências desse diálogo, desenvolvendo, assim, uma ideia de Brasil e de nacionalidade e identidade.

A memória do nosso Estado nacional, durante o século XIX, foi formada, em grande parte, a partir do trabalho de pesquisa e organização de documentos relativos à pátria, desenvolvido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o aval de d. Pedro II, no entanto, a imaginação parece ter ficado a cargo dos literatos, em especial do destacado escritor cearense, que a desenvolveu no contato constante com os motivos nacionais. A imaginação permitiu ao autor de *Senhora* arquitetar o Brasil a partir da pintura de imagens e da reconstituição de fatos da sociedade brasileira, mapeando “geograficamente o país”, “historicizando um passado” e “criando elementos da tradição e cultura” (FIGUEIREDO, 2004, p. 133), que se revelam, pois, na composição de seus romances.

A nova perspectiva romântica, bastante fundamentada no pluralismo herderiano, foi de suma relevância para a mudança na forma como as diferenças entre nações passou a ser encarada. No Brasil, por exemplo, a contribuição da diversidade étnica passou a ter relevância em nosso processo constitutivo: antes da chegada dos portugueses, o país já era habitado por vários grupos indígenas com suas práticas e costumes particulares. Com a chegada dos homens de além-mar, estabeleceu-se uma relação entre nativos e estrangeiros; com a intensa produção de cana-de-açúcar, chega ao Brasil o negro africano para trabalhar nos canaviais. É inquestionável que tais questões históricas tenham contribuído de forma significativa na configuração do que posteriormente chamaríamos de *identidade nacional*.

Ao justapor o Romantismo e o Modernismo, Antonio Candido, em *Literatura e sociedade* (2006), destaca a “dialética do local e do cosmopolita” presente nos dois movimentos, admitindo que foram estes os grandes responsáveis pelas

mudanças na forma como o brasileiro – e a sua literatura – se via em relação a si próprio e à sua antiga metrópole:

Na literatura brasileira há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836-1870), e o ainda chamado Modernismo, no presente século (1922-1945). Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, não obstante, no exemplo europeu. Mas, enquanto o primeiro procura superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil, o segundo já desconhece Portugal, pura e simplesmente [...] Um fato capital se torna deste modo claro na história da nossa cultura; a velha mãe pátria deixara de existir para nós como termo a ser enfrentado e superado. (CANDIDO, 2006, p.119).

Para o crítico, durante o Romantismo, o Brasil buscou sua consciência nacional e sua autonomia literária a partir da delimitação dos seus aspectos particulares, os quais se opunham aos dos portugueses, rompendo definitivamente com sua antiga metrópole, enquanto que no Modernismo, a cultura brasileira já podia considerar-se liberta das amarras portuguesas, uma vez que estas foram superadas ainda no século anterior. Ou seja, podemos compreender que o nacionalismo brasileiro no período romântico foi resultado da ânsia por liberdade e autonomia, enquanto que no Modernismo esse nacionalismo voltou com ares de uma consciência das raízes culturais mais bem definidas.

Dessa forma, podemos perceber como, no Modernismo brasileiro, as ideias de cultura, tradição e atividades artísticas estavam tão atreladas. Mariza Santos e Maria Angélica Madeira resumem a agitação modernista nacional como um movimento estético (presente na literatura, nas artes plásticas e na arquitetura) e também como um modo de pensar e agir elaborado coletivamente, que permitiu o surgimento de práticas estéticas e interpretações sócio-históricas, com a valorização do passado e da tradição, não num sentido “passadista”, isto é, sem o interesse em “estabelecer relação de continuidade”, mas no sentido de enaltecer “nossos acervos culturais, buscando detectar neles os momentos de iluminação, as imagens que se destacavam, ridículas ou grandiosas, e todas elas passariam pelo crivo crítico, pela devoração ritual, para que pudessem ser reinscritas em séries futuras” (SANTOS; MADEIRA, 1999, p. 94).

Pode-se considerar Mário de Andrade como um dos modernistas que mais fortemente valorizou, devorou e se apropriou das tradições brasileiras; ele realizou viagens pelo país com intenção de melhor conhecer nossos ritos, crenças, hábitos; estudou e conheceu a fundo nosso folclore e reescreveu todas essas tradições em um novo contexto, dentro do que chamamos “moderno”. Para Mônica Velloso, a personagem Macunaíma é a grande representação desse processo de conhecimento e apropriação do Brasil e de suas tradições por ser um “aventureiro” que viaja pelo país, sem ponto de chegada ou partida, apenas movido pela vontade de aprender o Brasil e suas regiões (VELLOSO, 2009, p. 71).

A “rapsódia folclórica” de Mário de Andrade, *Macunaíma* (1928), é relevante para a discussão acerca do nacionalismo modernista e o processo de construção de uma cultura nacional, pois nela podemos notar a fusão dos vários elementos que ajudam a compor e definir o Brasil como um país mestiço, que tem sua determinação cultural nas contribuições indígenas, negras e europeias. Pensar em *Macunaíma*, nesse contexto, é levar em consideração esse novo aspecto que o debate em torno da nacionalidade brasileira adquiriu, a saber, a incorporação da miscigenação de nosso povo à noção de *cultura nacional*. A obra de Mário de Andrade evidencia o foco de interesse do início do século XX, destacado por Santos e Madeira, ao apresentar a nacionalidade brasileira a partir da *cultura* e da *civilização*, refletindo sobre as várias contribuições étnicas para a conformação do “ser brasileiro” e da “cultura brasileira”.

Isaac Santos Cajé atém-se ao modo como Mário de Andrade pensa a identidade brasileira a partir de *Macunaíma* (1928), para ele o autor paulistano utiliza-se de pesquisas nas mais variadas áreas no processo de construção de seu “herói sem nenhum caráter”, que, pouco a pouco, adquire perfil próprio a partir de elementos como a miscigenação, a viagem pelo país, o contato com o outro, etc. O estudioso ressalta, ainda, que Mário foi responsável pela efetivação de um projeto nacionalista romântico, construindo uma narrativa que representa a origem do povo brasileiro e investiga, a fundo, a nossa identidade (CAJÉ, 2009). Ao pensar a relação entre Romantismo e Modernismo, Isaac Santos Cajé traça um paralelo comum na crítica que se volta para o assunto da identidade nacional, a aproximação entre o indianismo de José de Alencar, especialmente em *Iracema*, e Mário de Andrade, reconhecendo que as obras dos dois escritores relacionam-se a partir de aspectos distintos, mas que têm um ponto em comum: a hibridez nacional (CAJÉ, 2009). A partir desses pontos, as personagens Iracema e Macunaíma revelam-se como faces distintas de uma mesma questão, a identidade, sendo aquela a apresentação idealizada e “bela” do brasileiro que chega a emocionar; e este a figura feia e trapaceira, que carrega em si o multietnicismo, que mais se aproxima do brasileiro real (CAJÉ, 2009).

Romantismo e Modernismo podem ser considerados dois momentos significativos no processo de delimitação e definição da nossa identidade nacional, o primeiro por marcar o rompimento entre Brasil e Portugal, estabelecendo uma oposição entre os caracteres brasileiros e os estrangeiros, garantindo, assim, um reconhecimento daquilo que é essencialmente nacional; o segundo por reconhecer, em definitivo, a relevância da diversidade étnica, histórica e social para a construção de nossa consciência social e por apresentar um Brasil que soube aproveitar, de forma positiva, as contribuições locais e estrangeiras no processo de apropriação dessa diversidade como elemento característico de nosso povo.

A identidade nacional, portanto, é constituída a partir de elementos que garantem validade emocional que unificam um determinado grupo, dando-lhe *status* de nação, e, para nós, a literatura romântica e modernista feita no Brasil ajudaram a construir esses elementos. A partir dessa percepção, podemos dizer que a literatura desempenhou papel importantíssimo, visto que, por meio dela, foi possível tornar “palpável”, para os brasileiros, os fatos e os dados da história da nação e disseminar os aspectos que tornavam o *Brasil brasileiro*⁵, caracterizando,

assim, a identidade nacional brasileira. Acreditamos que a consciência nacional do Brasil foi construída historicamente e a literatura desses períodos ajudaram a difundir uma delimitação geográfica para o país, os costumes de sua gente, as suas origens e os fatos históricos que possibilitaram situar o Brasil em determinada temporalidade, garantindo para nosso povo uma consciência histórica significativamente demarcada.

Notas

¹ Considerando a visão de Benedict Anderson um tanto essencialista, Manuel Castells afirma: “Por mais atraente que a noção de ‘comunidades imaginadas’ possa parecer, ela é óbvia ou empiricamente inadequada. Óbvia para um cientista social, quando se afirma que todos os sentimentos de posse, toda a adoração de ícones são fatores culturalmente construídos. As nações não constituíram exceção a isso. A oposição entre comunidades ‘reais’ e ‘imaginadas’ são de pouca utilidade analítica além dos louváveis esforços de desmistificação das ideologias de nacionalismo essencialista [...] Porém, se o sentido da afirmação de que [...] as nações constituem artefato puramente ideológicos, construídos por meio de manipulações puramente arbitrarias de mitos históricos por parte dos intelectuais trabalhando em prol dos interesses das elites socioeconômicas, então os registros históricos parecem refutar tal excesso de desconstrucionismo. Sem dúvida, etnia, religião, idioma, território, *per se*, não são suficientes para erigir nações e induzir o nacionalismo. A experiência compartilhada sim [...]” (CASTELLS, 1999, p. 46).

² Neste ponto em específico, temos em mente posicionamentos políticos-ideológicos de extrema direita que têm alcançado bastante destaque por parte de membros da sociedade civil e militar por apresentarem-se como nacionalistas e com o objetivo máximo de defesa da nação e do povo brasileiro. Tais discursos vêm ganhando cada vez mais espaço na mídia nacional.

³ Para Herder, a generalização leva ao conhecimento superficial e à impossibilidade de compreensão das particularidades dos diversos povos. Dessa forma, não se pode caracterizar, avaliar e classificar de forma genérica uma nação, tendo como ponto de partida essencialmente aquilo que se espera de uma nação civilizada, é necessário, na verdade, considerar o *espírito formador* de cada povo, aquilo que diferencia uma nação de outra, que põe em relevo suas particularidades, tomando sempre o cuidado de não recair em uma visão centrista europeia, ou seja, a errônea disposição para julgar as sociedades utilizando valores modernos europeus como referência (HERDER, 1995, p. 34). Dessa forma, como destaca Isaiah Berlin, sobre Herder recai o mérito de fazer crítica ao racionalismo iluminista e sua tendência de generalizar, abstrair e assimilar elementos incompatíveis, com intenção de criar uma ciência capaz de unificar tudo o que existe, inclusive nações tão distintas entre si. Portanto, o filósofo alemão pode ser considerado o grande responsável pelo desenvolvimento do particularismo, do nacionalismo e do irracionalismo literário, questões significativas para pensarmos o Brasil e sua identidade (BERLIN, 1982, p. 134).

⁴ Teoria recorrente entre os pensadores de meados dos séculos XVIII e XIX, a exemplo de Johann Christan Friedrich Hölderlin, em “Poesia, filosofia, nação e antiguidade” (HÖLDERLIN,

2011), e Edmund Burke, em *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo* (BURKE, 1993).

⁵ Expressão cunhada por Roberto DaMatta (1986, p. 11).

Referências

ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista. In: _____. O guarani. Tomos 1º e 2º. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951a. p. 49-74.

ALENCAR, José de. Benção paterna. In: _____. Sonhos d'ouro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951b. p. 31-38.

ALENCAR, José de. *Iracema* – Lenda do Ceará. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, Machado. *Instinto de nacionalidade*. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/28-critica?limitstart=0>>. Acesso em: 11 maio 2017.

BERLIN, Isaiah. Herder e o Iluminismo. In: _____. *Vico e Herder*. Tradução de Juan Antônio Gili Sobrinho. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 133-188.

BURKE, Edmund. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. Campinas: Papirus, 1993.

CAJÉ, Isaac dos Santos. A construção da identidade brasileira em *Iracema* e *Macunaíma*. In: SEMINÁRIO NACIONAL LITERATURA E CULTURA, 1., 2009, São Cristóvão. *Anais...* São Paulo: UFS, 2009. p. 1-12.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros. Crítica à invenção-Brasil: palavra, país, paisagem. In: HELENA, Lúcia (Org.). *Nação-invenção: ensaios sobre o nacional em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 129-140.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HERDER, Johann Gotfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade: uma contribuição a muitas contribuições do século*. Tradução de José M. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 1995.

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HÖLDERLIN, Johann Christan Friedrich. Poesia, filosofia, nação e antiguidade. In: SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários*. Chapecó: Argos, 2011. p. 58-65.

KROEBER, Alfred L. O superorgânico. In: _____. *A natureza da cultura*. Lisboa: Edições 70, 1993. p. 33-79.

RAMOS, Danielle Cristina Mendes Pereira. Da arte de tecer enganos: memória e literatura no Brasil dos oitocentos. In: HELENA, Lúcia (Org.). *Nação-invenção: ensaios sobre o nacional em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 163-176.

ROCHA, João Cezar de Castro. História. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 31-64.

ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 9-30.

SANTOS, Mariza Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica. *Literaturas brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VELLOSO, Monica. *Que cara tem o Brasil? – Culturas e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

Para citar este artigo

SILVA, Sandra Mara Alves da. Breve reflexão sobre o nacionalismo e a identidade nacional no Brasil: a relevância das literaturas romântica e modernista brasileiras. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 7, n. 1, p. 210-224, jan.-abr. 2018.

A autora

Sandra Mara Alves da Silva é doutoranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com pesquisa voltada para o Mito e a Identidade Nacional no Romantismo e no Modernismo brasileiros. Mestre em Literatura Comparada pela mesma instituição. Editora da Entrelaces – Revista Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFC e pesquisadora do Grupo de Estudos de Estética, Literatura e Filosofia – GEELF, coordenado pelo professor Dr. Marcelo Almeida Peloggio.

Apoio e financiamento: Funcap.